

## **O caso *golden shower* no carnaval brasileiro de 2019: discussões sobre sexo, sexualidade e população LGBT+ no *Twitter***

**Ettore Stefani de Medeiros<sup>1</sup>  
Juarez Guimarães Dias<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo compreender algumas discussões sobre sexo e sexualidade que emergiram a partir do caso *golden shower* no *Twitter*. O fenômeno social analisado liga-se à repercussão midiático-digital que se deu em torno de *tweets* do Presidente Jair Bolsonaro ao compartilhar um vídeo em que duas pessoas, durante o carnaval brasileiro de 2019, têm práticas sexuais públicas, anais e urofilicas. A partir do caso, formou-se no *Twitter* uma polarização em torno de *hashtags*, que coletamos, filtramos e analisamos por meio do uso de *softwares* de métodos digitais. Chegamos a três categorias de análise: 1) compartilhamento de suposta pornografia e falta de decoro; 2) práticas sexuais não dominantes e promiscuidade; e 3) associação entre população LGBT+ e promiscuidade. As categorias foram investigadas à luz de teorias *queer*, de gênero e sexualidade, assim como relacionadas às discussões teóricas sobre pornografia e obscenidade. As conversações coletadas elucidam uma rede complexa de discursos e contradiscursos sobre sexo e sexualidade, que constantemente reforçam e tensionam lógicas de poder.

**Palavras-chave:** Carnaval brasileiro. LGBT+. *Twitter*. Urofilia. Sexo anal.

---

<sup>1</sup> Professor de pós-graduação na PUC Minas e no Ibmecc Minas. Doutorando e mestre em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais, integrante do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional, pós-graduado em MBA em Marketing Digital pelo Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação, bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Santa Maria. [ettoremedeiros@gmail.com](mailto:ettoremedeiros@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Co-coordenador do Núcleo de Estudos em Estéticas do Performático e Experiência Comunicacional, diretor teatral, doutor em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, bacharel em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. [juarezgdias@gmail.com](mailto:juarezgdias@gmail.com)

Quais discussões sobre sexo e sexualidade emergiram a partir do caso *golden shower* no carnaval brasileiro de 2019? A indagação que este artigo se propõe a responder parte de um fenômeno social que se liga à repercussão midiático-digital em torno de dois *tweets*<sup>3</sup> do Presidente Jair Bolsonaro, a qual chamaremos no decorrer deste artigo de caso *golden shower*. No primeiro *tweet*, o Presidente compartilhou um audiovisual, gravado em um bloco de carnaval em São Paulo, em que duas pessoas – que não se consideram homens, mas “bixas” (COELHO, 2020) – realizaram uma performance (SCHECHNER, 2003), dançando em cima de uma estrutura. Em um primeiro momento, uma delas, com as nádegas à mostra, introduz seus dedos em seu ânus. Posteriormente, esta se inclina para que outra urine em seu cabelo, prática sexual chamada de urofilia e conhecida popularmente como *golden shower* ou chuva dourada. Junto ao vídeo, Bolsonaro escreveu a seguinte legenda: “Não me sinto confortável em mostrar, mas temos que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro. Comentem e tirem suas conclusões [sic]”. Após algumas horas do compartilhamento, Bolsonaro voltou a se manifestar no *Twitter*, com uma publicação em que indagava o que seria *golden shower*, fechando suas manifestações sobre o carnaval daquele ano.

A maior festa popular brasileira, em 2019, foi marcada por fantasias, marchinhas, músicas e discursos que faziam críticas ao governo de Bolsonaro, bem como à virada conservadora que ocorre no país. Foliões vestiram-se de laranjas<sup>4</sup>, fazendo referência ao ex-assessor de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, acusado de lavagem de dinheiro e corrupção. Homens usaram rosa e mulheres, azul, em uma antítese irônica ao discurso da ministra Damare Alves, que expressou qual cor cada

---

<sup>3</sup> Nome dado às postagens publicadas no *Twitter*, plataforma de mídia social que funciona como um *microblogging*, cujos usuários publicam, curtem e compartilham conteúdos diversos, principalmente em formato textual.

<sup>4</sup> Gíria utilizada para designar sujeitos que participam de atividades ilícitas para beneficiar outras pessoas, seja de modo consciente ou não.

gênero deveria utilizar em suas vestimentas. Pessoas personificaram *fake news*<sup>5</sup>, tidas como estratégias usadas durante o período eleitoral de 2018 que levou à eleição do referido Presidente.

Em meio a tantas manifestações criativas e políticas, houve o compartilhamento controverso feito pelo Presidente do vídeo supracitado em sua conta no *Twitter*, mídia eleita por Bolsonaro como principal meio de relação com seu eleitorado. A repercussão em torno do caso foi ampla. Inúmeros veículos de comunicação noticiaram o acontecimento, como os nacionais *Carta Capital*<sup>6</sup>, *O Globo*<sup>7</sup> e *BBC Brasil*<sup>8</sup>, bem como os internacionais *CNN*<sup>9</sup> e *Reuters*<sup>10</sup>, de modo que a notícia se espalhou em grande medida para além do *Twitter*. Publicações críticas e humorísticas de cidadãos comuns ganharam as redes sociais digitais. A busca pelo termo *golden shower* no *Google*<sup>11</sup> aumentou em 100% nos dias seguintes à publicação, conforme analisado no *Google Trends*<sup>12</sup>. *Hashtags*<sup>13</sup> como *#GoldenShowerPresident*, *#ImpeachmentdeBolsonaro*, *#BolsonaroTemRazão* chegaram aos *Trending Topics*<sup>14</sup> nacionais do *Twitter*.

Nesta plataforma, uma polarização se desenhou entre aqueles que apoiavam os *tweets* de Bolsonaro e aqueles que os reprovaram. Para os alinhados à desaprovação,

<sup>5</sup> Em tradução, notícias falsas: conteúdo de desinformação que circula principalmente em plataformas digitais, como *Whatsapp*, *Facebook* e *Twitter*.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-postar-video-obsceno-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/entenda-que-golden-shower-pratica-sexual-questionada-por-bolsonaro-em-rede-social-23502670>. Acesso em: 23 jun. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47471951>. Acesso em: 23 jun. 2021.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/03/06/americas/brazil-bolsonaro-golden-shower-intl/index.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-idUSKCN1QN24X>. Acesso em: 23 jun. 2021.

<sup>11</sup> Plataforma que oferece diferentes serviços digitais, sendo o de busca de conteúdo o mais reconhecido.

<sup>12</sup> Serviço digital que permite averiguar qual o montante de procura de uma palavra ou expressão no mecanismo de busca do *Google*.

<sup>13</sup> Palavras ou termos que, ao serem precedidos pelo símbolo de jogo da velha (#), são indexados em plataformas de mídia social como *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*. A principal utilidade da *hashtag* é aglomerar diferentes fontes de conteúdos em torno de uma mesma temática.

<sup>14</sup> Funcionalidade da plataforma *Twitter* que elenca quais são os conteúdos recentemente mais populares em determinada localização geográfica.

alguns motivos se sobressaíram: um Presidente da República não deveria compartilhar na *internet* conteúdo visto pelos públicos como falta de decoro, em função do cargo que ocupa de maior representante do Executivo nacional; o carnaval não seria similar ao que é mostrado no vídeo, não sendo a regra, mas a exceção; haveria tido uma tentativa de desmoralizar pessoas LGBT+<sup>15</sup> por parte de Bolsonaro; o material audiovisual possuiria cenas desagradáveis. Por outro lado, algumas manifestações expressaram que as publicações eram convenientes, porque davam a ver o que era o carnaval brasileiro, as práticas de seus foliões e a depravação que degenera a nação. Após a repercussão, os *tweets* foram posteriormente apagados da conta do Presidente<sup>16</sup>.

Temos o *Twitter* e seu conteúdo como nosso foco de investigação, por onde o fenômeno social a ser analisado ocorreu. Nesta plataforma, desenvolvem-se interações entre pessoas que por vezes não se conhecem, cujas relações se estabelecem essencialmente entre seguidor/a e seguido/a (SANTAELLA; LEMOS, 2010), no geral sem necessidade de aprovação prévia, a não ser nos casos de perfis fechados que precisam de autorização para seguir. Em decorrência da formação desses laços fracos (RECUERO, 2011), acreditamos que os usuários desta mídia se sentem mais à vontade para publicarem conteúdo espontâneo, muitas vezes de caráter opinativo, com menos filtros éticos, movidos pelo calor de acontecimentos quando acontecem e enquanto acontecem, o que dificulta uma análise mais profunda antes de postar sobre um assunto.

Dessa forma, o *Twitter* é muito usado para reprodução e divulgação de fatos e acontecimentos em tempo real, abrindo espaço para conversações sincrônicas, bastante relacionadas aos assuntos em alta (SANTAELLA; LEMOS, 2010). Características

---

<sup>15</sup> Grupo social formado por pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexo e outras que não se enquadram nas normas e convenções sociais de gênero, sexo e sexualidade.

<sup>16</sup> Conforme reportagem do portal G1, “Não se sabe se as postagens foram apagadas por vontade do próprio presidente ou se a rede social removeu o conteúdo por conta do grande número de denúncias”. Ao ser procurada pela reportagem, a plataforma *Twitter* não quis se manifestar. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/03/21/postagens-sobre-golden-shower-somem-de-rede-social-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2021.

técnicas como ter API<sup>17</sup> mais aberta e permitir aglomerar discussões sobre determinado assunto a partir do uso de *hashtags* tornam a plataforma mais acessível para coleta de dados. Por fim, o *Twitter* tem sido historicamente utilizado para debates de questões políticas e não parece coincidência a escolha de Bolsonaro para postar nessa mídia seus dois *tweets* sobre o *golden shower*.

Não é a primeira vez que Bolsonaro amplifica polêmicas em torno da nudez. Em 2017, a partir de um vídeo viralizado nas redes sociais digitais sobre a performance “La Bête” na abertura de uma exposição do Museu de Arte Moderna (MAM) em São Paulo, ele se manifestou no *Twitter*, atribuindo o caráter de pedófilo ao *performer* Wagner Schwartz, o que veio a contribuir para instauração de inúmeras controvérsias, que culminaram no linchamento virtual do artista e lhe trouxe inúmeros problemas pessoais (DIAS; BRANDÃO, 2020).

Para o estudo do caso *golden shower*, o artigo foi dividido em quatro partes. Na primeira, apresentamos nosso olhar metodológico, em que descrevemos os procedimentos de coleta, filtragem e visualização de dados. Posteriormente, nas seções 2, 3 e 4, apresentamos os eixos de análise a que chegamos: 1) compartilhamento de suposta pornografia e falta de decoro; 2) práticas sexuais não dominantes e promiscuidade e 3) associação entre população LGBTQ+ e promiscuidade. Nessas seções, precedidas das considerações finais, cada eixo é investigado a partir de teorias e conceitos *queer*, de gênero, sexualidade, pornografia, práticas sexuais dissidentes e obscenidade.

Certamente seria possível discutirmos várias questões que cercam o evento, passando por dimensões éticas, legais e estéticas, que, embora também instigantes,

---

<sup>17</sup> API é uma sigla que, em português, significa Interface de Programação de Aplicações. Como explica o portal Canaltech (2018), ela “é um conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web. [...] Uma API é criada quando uma empresa de software tem a intenção de que outros criadores de software desenvolvam produtos associados ao seu serviço. Existem vários deles que disponibilizam seus códigos e instruções para serem usados em outros sites da maneira mais conveniente para seus usuários”. Disponível em: <https://canaltech.com.br/software/o-que-e-api/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

extrapolam nossas intenções investigativas. Desse modo, vale destacar que este artigo não se propõe a analisar a manifestação sexual pública das folionas em si, de modo que poderíamos incorrer em juízos de valor e moralidade, o que não consideramos produtivo, sobretudo em tempos de disputas entre ultraconservadores e progressistas. Nosso intuito é investigar, a partir de conversações no *Twitter*, algumas questões envolvendo sexo e sexualidade que surgiram a partir do caso, por meio das manifestações de internautas.

### **Olhar metodológico**

Nosso olhar metodológico se divide em três partes: 1) coleta de dados, 2) filtragem e visualização de dados, 3) eixos de análise. Na fase de coleta de dados, valemo-nos do *tags*<sup>18</sup>, aplicação gratuita que pode ser acoplada às planilhas do *Google Drive*<sup>19</sup>, cuja principal funcionalidade é a coleta retroativa ou instantânea de *tweets*. A partir da busca por um determinado termo ou *hashtag*, conteúdos vão sendo aglomerados em colunas e linhas. A lógica de operação da aplicação possui certas limitações e opacidades, de modo que não é possível saber se a quantidade de *tweets* coletados se aproxima do montante real, tampouco quais são os critérios da seleção das postagens, entretanto nos oferece um conjunto relevante para análise.

Por meio do *tags*, fizemos a coleta de 31.510 *tweets* que, além de terem sido publicados entre os dias 6<sup>20</sup> e 12 de março de 2019, continham a *hashtag* #goldenshowerpresident. Além dessa *hashtag*, outras chegaram ao *Trending Topics* do *Twitter* Brasil. Optamos por esta porque sua popularidade foi a maior em comparação às demais, conforme visto na ferramenta de rastreamento de *hashtag* *Hashtagify*<sup>21</sup>. As

---

<sup>18</sup> Para conhecer mais sobre a ferramenta, acesse: <https://tags.hawksey.info/>

<sup>19</sup> Serviço digital de armazenamento e sincronização de arquivos do *Google*.

<sup>20</sup> Data em que Bolsonaro indagou o que seria *golden shower* em sua conta no *Twitter*.

<sup>21</sup> Para conhecer mais sobre a ferramenta, acesse: <https://hashtagify.me/explorer/about>



definidos e indefinidos, pronomes demonstrativos e possessivos que, embora fossem frequentes, não tinham nenhum valor analítico aparente para nós. Nossa intenção ao fazer este movimento metodológico quantitativo foi de observar, dentre as palavras que mais apareciam no material coletado, quais se ligavam a um conteúdo sobre sexo e sexualidade. Em suma, buscamos as palavras da nuvem visual (*Worditout Word Cloud*) nas planilhas de *tweets* (*tags*) e, de publicação em publicação, fomos percebendo quais eram os principais eixos de análise que surgiam.

Embora esta pesquisa tenha uma dimensão quantitativa, não houve intuito de estabelecer uma característica de censo. De tal forma, a busca por palavras que se repetiam foi apenas um lugar de entrada para compreendermos qualitativamente quais discussões sobre sexo e sexualidade emergiram a partir do caso *golden shower*. Tampouco foi nossa intenção dar conta de um universo midiático-digital completo. A escolha do *Twitter* e de suas conversações se deu como uma possibilidade de compreensão de aspectos do fenômeno. Chegamos, por fim, a três categorias, que se encontram nas próximas seções. A análise qualitativa de cada uma delas foi feita à luz de teorias e conceitos *queer*, de gênero e sexualidade, como dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1999), pensamento heterossexual e heteronormatividade (WITTIG, 2016; WARNER, 1994; MISKOLCI, 2007), círculo mágico (RUBIN, 2017) e promiscuidade (KLESSE, 2007; GOVE, 2000). Também recorremos ao pensamento sobre pornografia (MORAES; LAPEIZ, 1985; CARDOSO, 2021; LINS, 2017; HUNT, 1999; COELHO, 2020), práticas sexuais dissidentes (LEITE JÚNIOR, 2009), obsceno (BATAILLE, 2004) e carnaval brasileiro (CARAVALHO; MIRANDA, 2016; DAMATTA, 1997; TREVISAN, 2018).

### **Compartilhamento de suposta pornografia e falta de decoro**

Na nuvem visual, podemos ver palavras como “vergonha”, “decoro”, “*impeachment*”, “despreparo” e “deposição” que parecem representar a insatisfação que

vários usuários do *Twitter* tiveram com relação ao compartilhamento de suposta pornografia por parte de Bolsonaro. Empregamos o adjetivo “suposta” porque cremos que a prática corporal entre os dois sujeitos não é automaticamente pornográfica, o que depende também da percepção da audiência, sobre o que discorreremos a seguir. Dentre os *tweets* coletados nesta seção, citamos dois para fins de ilustração: “Pela 2ª vez na semana, @jairbolsonaro desrespeita princípios da administração pública: primeiro, ao pedir seu o slogan da campanha nas escolas, violando o princípio da impessoalidade; agora, postando vídeo pornográfico, ferindo o decoro. Bora estudar, presidente #goldenshowerpresident” e “Bolsonaro não está à altura do cargo que ocupa. Medíocre e patético, ele demonstra cada vez mais o seu despreparo, envergonhando os brasileiros. #VergonhaDessePresidente #GoldenShowerPresident”. Para tais sujeitos, parece ser insustentável que um Presidente publique esse tipo de conteúdo, o que seria considerado quebra de decoro e poderia levá-lo à retirada de seu posto. O descontentamento, embora legítimo, não deixa ver outras camadas que importam. De tal forma, indo além, é necessário questionar por que Bolsonaro fala tanto de questões sexuais em suas manifestações como sujeito público e político. Sobre isso, Eliane Brum disserta que:

O vídeo divulgado por Bolsonaro no Carnaval, mostrando uma cena de golden shower, foi definido como “pornográfico” por muitos dos que se opõem a Bolsonaro. Mas este é o conceito de pornografia da turma do antiPresidente. Adotá-lo é comungar de uma visão preconceituosa e moralista da sexualidade. É questionável que dois homens façam sexo no espaço público e este é um ponto importante. Não deveriam e não poderiam. Mas não é questionável o ato de duas pessoas adultas fazerem sexo consentido de forma que bem entenderem, inclusive urinando um no outro. O ato pornográfico é o de Bolsonaro, oficialmente Presidente da República, divulgar o vídeo nas redes sociais. É dele a obscenidade. A pornografia não está na cena, mas no ato de divulgar a cena pelas redes sociais. Diferenciar uma coisa da outra é fundamental (BRUM, 2019, p. 294).

Façamos um recuo para compreendermos melhor como alguns sentidos e acepções da palavra “pornografia” foram acionados pelas falas e pelos *tweets*

apresentados. O termo deriva-se etimologicamente do grego *pornógráphos*<sup>23</sup> que designava uma prática de escrita e descrição da vida, dos costumes e dos hábitos de prostitutas e seus clientes (MORAES; LAPEIZ, 1985). Lynn Hunt (1999) comenta que até o início do século XIX a pornografia não constituía uma categoria de literatura ou de representação visual independente e distinta, pois o desejo, o erotismo e a representação explícita de órgãos e práticas sexuais existem desde tempos remotos. Na Europa, entre 1500 e 1800, a pornografia era quase sempre algo além, como, por exemplo, a prática de utilizar o sexo para chocar e criticar autoridades políticas e religiosas. Como categoria distinta, legal e artística, a pornografia, segundo a autora, emergiu como conceito tipicamente ocidental, com cronologia e geografia particulares, de forma mais localizada nos séculos entre o Renascimento, a Revolução Científica, o Iluminismo e a Revolução Francesa, por meio da constituição de uma cultura impressa:

A pornografia não foi espontânea, foi definida num longo processo de conflitos entre escritores, pintores e gravadores, por um lado, e espíões, policiais, padres e funcionários públicos, por outro. Seu significado cultural não pode ser separado de seu aparecimento como categoria de pensamento, representação e regulamentação. (HUNT, 1999, p. 11)

A noção moderna de pornografia, tal como conhecemos, foi definida e difundida no século XIX, adquirindo existência tanto como prática literária e visual como categoria de pensamento, revelando importantes características da cultura moderna. O controle e a punição para inscrições pornográficas relacionavam-se menos em nome da decência e da moral e mais em nome da religião e da política. Dessa forma, historicamente, pornografia passou a ser associada ao que perturba a ordem social e

---

<sup>23</sup> Do grego originou-se, por exemplo, o vocábulo francês *pornographe*, datado de 1769, também aludindo a textos sobre prostituição, “enquanto *pornographique*, *pornographe* e *pornographie*, no sentido de escritos ou imagens obscenos, datam de 1830 e 1840” (HUNT, 1999, p. 14, grifos da autora). Na língua inglesa, “[e]m 1857, a palavra *pornografia* apareceu pela primeira no *Oxford English Dictionary*, e a maioria de suas variações – pornógrafo e pornográfico – datam do mesmo período” (ibid., p. 13, grifos da autora).

transgride a boa moral, à imoralidade, à necessidade de proteger o corpo social. Sua regulamentação e seu controle, aliados ao desejo por barreiras, catalogações, novas classificações e censura, segundo Hunt (1999, p. 13), “surgi[ram] em resposta à democratização da cultura”, que colocava em circulação massiva a exibição de qualquer coisa para qualquer pessoa.

Conforme discutido por Kendrik (*apud* HUNT, 1999, p. 13) o desenvolvimento da pornografia como categoria esteve sujeito a conflitos e mudanças, pois especifica um argumento, não uma coisa: “em meados do século XIX, o equilíbrio entre obscenidade e decência, privado e público foi abalado, e a pornografia emergiu, então, como preocupação governamental distinta”. Utilizada para despertar o desejo de leitores, contestar e confrontar as convenções hipócritas da sociedade, catalogar as “perversões” sexuais e fazer surgir a libertinagem como um modo de pensar e agir, “a pornografia mantinha laços estreitos tanto com a nova ciência quanto com a crítica política” (*ibid.*, p. 31). Esse avanço parecia relacionar-se, ainda, à perspectiva iluminista sobre a natureza, compreendendo o desejo sexual como natural, enquanto sua repressão era artificial e despropositada, já que faziam os seres humanos mais felizes.

Hunt (*ibid.*, p. 38) ainda nos alerta que, desde o século XVI, a pornografia e a libertinagem vincularam-se à subversão política e religiosa, constituindo-se como crítica social e de costumes: “Os libertinos seriam livres-pensadores abertos à experimentação sexual e literária. Para os seus adversários, a Igreja e o Estado, eram propagadores e consumidores de pornografia”. Entretanto, a censura e a apreensão pela polícia de literatura de cunho pornográfico na Europa diminuía à medida que avançavam as políticas de massas no fim do século XIX e início do XX, aumentando sua produção e consumo popular, sugerindo uma relação entre pornografia e democracia, investindo mais na excitação sexual de indivíduos do que seu cunho explicitamente político. “[A] cultura do entretenimento mostra os mais variados desejos sob a ótica da folia, com

corpos repletos de exuberância sensual e práticas apresentadas como diversão. Nasce assim a ‘pornografia’.” (LEITE JÚNIOR, 2009, p. 512).

No campo da imagem, ainda no século XIX, deve-se assinalar a criação dos daguerreótipos, técnica desenvolvida pelo francês Daguerre, em que “[o]s nus eram assombrosamente reais. E cada parte do corpo podia ser vista exatamente como era. A pornografia encontrara seu meio de expressão ideal” (LINS, 2012, p. 147). A invenção do cinema potencializou essa prática, ao possibilitar o registro e a reprodução de atos sexuais em movimento, promovendo a formação e o crescimento de uma indústria pornográfica com o auxílio de tecnologias, chegando aos dias de hoje em que a disponibilidade de acesso a conteúdo pornográfico alcançou patamares elevados, pela disponibilização (gratuita ou paga) em *sites* e plataformas de *streaming*<sup>24</sup>.

Como se vê, a definição do que é (ou não) pornográfico não é tarefa simples, pois varia conforme a época, os valores morais vigentes e depende a que ou a quem está sendo atribuída tal alcunha. Ou, de acordo com o apontamento de Arcand (*apud* CARDOSO, 2021, p. 1), “[o] que faz com que um objeto, uma imagem ou um gesto seja pornográfico, deixando assim de ser artístico, erótico, patológico, ingênuo ou qualquer outra coisa?”. Ao pesquisar sobre usos e derivados do termo “pornografia” na imprensa brasileira nas últimas décadas do século XIX, Erika Cardoso (2021, p. 23) conclui que a opinião mais comum, de quem rotulava algo ou alguém, é “de que se tratavam de coisas ruins, indesejáveis, *obscenas*, no sentido de que traziam a público algo que não deveria” e completa que “[é] isso que também que há em comum entre o que houve de pornográfico há mais de um século e o que entendemos como pornográfico hoje”.

A constatação da pesquisadora nos faz retomar a reflexão de Eliane Brum: a crítica ao ato das duas pessoas no vídeo poderia recair sobre o fato de terem realizado a

---

<sup>24</sup> Tecnologia de transmissão de conteúdo *on-line* que permite o consumo de filmes, séries e músicas em diversos dispositivos eletrônicos e digitais como computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*.

ação em espaço público e não pelo ato em si, pois se trata de uma relação sexual consentida entre partes adultas. Em realidade, Coelho (2020) nos informa que a ação foi uma performance pós-pornô, um tipo de intervenção político-artística que visa criticar a pornografia tradicional e dar a ver corpos dissidentes, cujos prazeres são deslocados da genitalização do sexo e das lógicas dicotômicas homem/mulher, passivo/ativo, penetrador(a)/penetrado/a. Comentando sobre o trabalho das duas artistas, Coelho explica que a própria repercussão midiático-digital da performance – que começou com a gravação e se tornou ainda mais intensa com a disputa narrativa em torno da própria ação, do carnaval e das publicações de Bolsonaro – compõem a intervenção pós-pornô. Esse elemento torna a discussão ainda mais complexa, já que estamos tratando de uma performance que, por ser pós-pornô, pretende questionar o próprio entendimento do que é pornografia, tendo sido planejada para tal.

De qualquer modo, não se pode retirar a ação do contexto, ou seja, do carnaval. A festa popular brasileira é reconhecida pela liberdade, pelo caráter sexual, libertário e transgressor, que sempre explorou a nudez corporal, sobretudo de mulheres (CARVALHO; MIRANDA, 2016, p. 407), numa conformação machista. Basta recordarmos os esforços do Ministério da Saúde e de Secretarias Estaduais de Saúde em promover campanhas de conscientização do uso de preservativos e cuidados na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) antes e durante o evento.

Fazendo uma breve digressão, para Carvalho e Miranda (2016, p. 402), a liberdade no carnaval pode ser compreendida como dessubmissão, pela “ampliação das condições de expressão humana, de trânsito entre seus espaços e de comportamentos e atitudes livres do jugo e proibição do outro”. As autoras recorrem a Roberto DaMatta (1997, p. 52), para quem “o carnaval é a inversão do mundo. É o mecanismo de liberação provisória das formalidades controladas pelo estado e pelo governo”. Ao pensar essa liberdade com relação ao espaço onde a festa se realiza, em concordância com o antropólogo, elas indicam que “[p]or ter a rua como seu local, o carnaval sai da

dimensão particular da casa e vai para a dimensão do público, a rua”, o que colocaria o caso *golden shower* como condizente ao caráter libertário da festa.

Por outro lado, retomando, Erika Cardoso (2021) chama a atenção para as relações entre o pornográfico e o obsceno. A palavra “obsceno” tem a mesma raiz etimológica de “cena”, esse substantivo feminino, do latim *scena* ou *scaena*, referenciada como “palco, episódio, espetáculo” por sua derivação do grego *skene*, originariamente “tenda”, espaço de representações cênicas. Obsceno, por sua vez, trata-se de um adjetivo, traduzido do latim *obscēnus* como “[o] que fere o pudor, impuro, desonesto” (CUNHA, 2010, p. 456). Obsceno, conforme Eliane Robert de Moraes e Sandra Maria Lapeiz (1985, p. 8), originalmente alude ao ato de “colocar em cena algo que se deveria estar nos bastidores”, ou seja, “fora de cena”.

A ambiguidade é inerente, pois diz sobre o que deveria estar oculto, à margem, mas para que exista é preciso revelar-se. Como “exibição do indesejável”, o obsceno conforma o “espaço do proibido, do não-dizível, do censurado: daquilo que não deve ser, mas é” (MORAES; LAPEIZ, 1985, p. 8). Para Bataille,

a nudez não é em si mesma obscena: ela se tornou obscena um pouco por toda a parte, mas de maneira desigual. É da nudez, em razão de um deslocamento, que fala o Gênesis, ligando à passagem do animal ao homem o nascimento do pudor, que não é, em outras palavras, nada mais que o sentimento de obscenidade (BATAILLE, 2004, p. 340).

Assim, para Leite Júnior (2009, p. 512), os sentidos de obsceno e pornográfico comungam, pois “[p]ode-se afirmar que uma das características estruturais da pornografia é a ‘obscenidade’.”

Podemos refletir, a partir das referências acima compartilhadas, que: 1) os sentidos sobre o que é pornográfico parecem ter sido manipulados pelos que se envolveram com o produto audiovisual, já que a ação pós-pornô foi planejada pelas *performers* como crítica política, moral e de costumes, estando enquadrada pelo

contexto do carnaval, e, ao ser colocada em circulação, deslocou seus sentidos, borrando as fronteiras entre o que pode ser ou não aceitável; 2) a atribuição, por parte de internautas, que o vídeo seria pornográfico parece mais próximo dos sentidos daquilo que é indesejável, pois publiciza algo que não deveria, contrariando os indicativos libertários do carnaval e, portanto, reforçando o moralismo reivindicado pelo Presidente; 3) o gesto de Bolsonaro de publicar o vídeo nas redes sociais digitais, ao contrário, parece mais contíguo a um ato obsceno, pois dá a ver e coloca em circulação aquilo que estaria circunscrito a um contexto específico, cujo conteúdo denota uma ação sexual pós-pornô, em que o registro enquadra e amplifica a cena; 4) o ato de Bolsonaro parece incorrer em crime de responsabilidade, conforme item 7 do artigo 9º da Lei nº 1079 de 10 de abril de 1950<sup>25</sup>, onde se lê “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”, o que culminou no primeiro pedido oficial<sup>26</sup> de *impeachment* do Presidente, elaborado e protocolado na Câmara dos Deputados pela advogada e artista plástica Diva Maria dos Santos, em análise há 750 dias<sup>27</sup>.

Durante sua vida pública enquanto político, o Presidente tem falado frequentemente sobre sexo, não de um lugar subversivo, mas sim conservador. Foucault (1999) explica que, até o século XVII, assuntos sobre sexo ficavam encerrados no quarto dos pais, composto por um homem e uma mulher que compunham um casal. A instituição matrimonial era, pois, foco de vigilância do dispositivo da aliança. A partir da época vitoriana, todavia, tal contexto passa por mudanças, de modo que o sexo, colocado em discurso, funciona em correlação com determinadas técnicas de saber-poder. A função reguladora do direito canônico, da pastoral cristã e da lei civil se dilui em práticas de poder mais reticulares e multidirecionais, que encontram no

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1079-10-abril-1950-363423-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

<sup>26</sup> Dizemos “oficial” porque um pedido anterior, escrito à mão por Antonio Jocelio Rocha, foi arquivado 22 dias depois de protocolado, por problemas na assinatura. Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/pedido-001/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/pedido-0002/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

discurso um aliado. Diferentemente do que propõe a hipótese repressiva – cuja suposição central é de que viveríamos tempos de interdição, censura e negação do sexo - as reflexões de Foucault fundamentam uma nova chave de leitura: somos constantemente incitados, ao invés de inibidos, a falar sobre sexo.

Falar de si a partir do sexo, descrever sensações e pensamentos carnavais, narrar sonhos eróticos tornaram-se demandas recorrentes na sociedade em que opera o dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1999). Um complexo e heterogêneo funcionamento discursivo, que pretende a administração e a gestão da sexualidade, é posto em movimento nos Estados, economia, direito, medicina, psicologia, pedagogia e demografia. Por meio de técnicas de saber-poder, o sexo é analisado, destrinchado, classificado. O incentivo de que se fale e se saiba ao máximo sobre sexo, ainda que valorizado enquanto segredo, guarda relação com formas de regulação da sexualidade.

Se antes da era vitoriana prevalecia o regramento das relações matrimoniais, posteriormente se vê um interesse agudo nas sexualidades tidas como periféricas, como as dos homossexuais, das crianças, dos loucos, das histéricas. As ciências passaram, então, a dissecar cada ação sexual vista como anormal, dando a ela nomes e encaixando-a em categorias (FOUCAULT, 1999). Seria preciso saber dos desvios para controlá-los, conhecê-los inteiramente para hierarquizar o que é aceitável ou não. Nesse sentido, a sexualidade regular, refletida no casal cisheterossexual monogâmico, é interrogada a partir de sexualidades vistas como desviantes. É por meio dessas que aquela pode se estabelecer enquanto convenção.

No caso em questão, o ato sexual foi colado em discurso verbal e audiovisual. Da legenda de Bolsonaro no primeiro *tweet*, podemos inferir que sua crítica é não somente a respeito do caráter público e espetacular do acontecimento, mas também sobre as práticas e os sujeitos que aparecem no vídeo. Logo, o compartilhamento pelo Presidente deste audiovisual interessa-lhe menos como falta de decoro e mais como um

exercício pedagógico de mostrar e falar de, sobretudo para seus seguidores e apoiadores, regulando o saber-poder sobre o sexo e as sexualidades.

E o grande dilema é, justamente, definir o que pode e o que não pode entrar em cena, sempre defesa da moral, dos bons costumes e do decoro público. Os elementos que definem tal limite, além de se transformarem ao longo do tempo e do espaço, numa relação dialética com as próprias transformações sociais e comportamentais, são muito fluídos e movediços no seio de uma mesma sociedade, pois se fundamentam em valores e percepções muito específicas, que costumam variar entre os diversos segmentos sociais (CARDOSO, 2021, p. 3).

Consideramos que o conteúdo publicado pelo Presidente, além de tratar explicitamente de práticas como masturbação anal e urofilia, estimulou que conversações sobre sexo e sexualidade se ampliassem em nível exponencial. A grande repercussão do caso *golden shower* gerou uma rede complexa de debates sobre o que é ou não autorizado sexualmente. É possível notar, de tal forma, como as operações do dispositivo da sexualidade, ao promover o dizer e o saber sobre o sexo, engendram discursivamente regulações e hierarquias, em que certas práticas e identidades sexuais e de gênero são colocadas estrategicamente em posição de inferioridade.

### **Práticas sexuais não dominantes e promiscuidade: do sexo anal ao *golden shower***

Wittig (2016) expressa que vivemos no Ocidente uma cultura que estima a heterossexualidade não apenas como instituição, mas também como regime político em que ocorre a submissão e subordinação das mulheres. Acreditamos que, para além das mulheres, são tidos como inferiores sujeitos que de alguma forma são considerados femininos, por não seguirem a lógica heterossexualidade-cisgeneridade como um pressuposto e/ou têm expressões diferentes daquelas que se esperam do gênero que lhes

foi atribuído desde o nascimento pelo sexo biológico, como nos casos de homens *gays* afeminados, homens e mulheres trans, travestis e/ou pessoas *queer*.

As reflexões de Warner (1994), colocadas em diálogo com as de Wittig, nos levam ao conceito de heteronormatividade, cuja ideia central é de que a humanidade é pensada como sinônimo de heterossexualidade. Logo, ser humano seria automaticamente ser heterossexual, uma visão essencialista da sexualidade a partir da diferença sexual dos corpos. Ao conceito de heteronormatividade de Warner liga-se a cisgeneridade, que também ocupa lugar de superioridade no sistema hierárquico de gênero e sexualidade em que vivemos. Neste regime político e religioso, pessoas não cisheterossexuais são vistas como desviantes, anormais e pecadoras. Mais que isso, são social e fundamentalmente lidas pelas suas identidades de gênero e orientações sexuais como se não houvesse outras características que expressassem suas subjetividades e garantissem seus modos de existência.

A heteronormatividade valoriza não apenas uma orientação sexual/identidade de gênero em detrimento de outras, mas também estabelece um “sistema hierárquico do valor sexual”, que classifica práticas afetivossexuais entre aceitáveis ou não. Em seu mapa, Rubin (2017) apresenta o círculo mágico, formado por comportamentos que se atrelariam à boa sexualidade. Adjetivos como “procriador” e “convencional” fariam com que o sexo atendesse às expectativas exclusivamente reprodutivas da espécie, em perspectivas morais e sociais, sendo, portanto, normal. Por outro lado, o sexo não procriador, que se pratica pelo prazer dos corpos, e ligado a outras práticas como sadomasoquista/fetichista, comporia os limites externos e representaria a sexualidade antinatural.

Ainda para Rubin, o sexo é sempre político, na medida em que possui desigualdades próprias. Para ela, há tempos em que os assuntos sobre o sexo se tornam mais politizados, em que polarizações entre diferentes instituições e sujeitos delineiam-se em uma rede complexa de tensões, entre posturas mais progressistas e

mais conservadoras. Nesses momentos em que o sexo é mais politizado, há mudanças nos modos como a sexualidade é experienciada, de tal forma que algumas práticas e identidades sexuais e de gênero são menos ou mais autorizadas. Tais hierarquias transbordam para outras arenas da ação humana e repercutem diretamente no acesso que sujeitos vistos como desviantes (não) têm a bens materiais e institucionais, postos de trabalho, atendimentos médicos, saúde mental, situações de legalidade, respeitabilidade de suas famílias, igrejas e/ou sociedade no geral. Por esta razão, faz-se relevante compreender quais debates sobre sexo e sexualidade emergiram a partir do compartilhamento do vídeo de Bolsonaro, em que duas práticas sexuais que podem ser interpretadas como não convencionais são criticadas: a urofilia e o sexo anal.

Nesta seção analítica, as palavras específicas que apareceram na nuvem visual que nos permitiram chegar a essas considerações são “mijada”, “cocô”, “NaoMeSintoConfortavel”. Nas conversações que coletamos via *tweets*, observamos certo incômodo das pessoas com relação a Bolsonaro, que, para além deste caso isolado, tem demonstrado interesse em falar de práticas sexuais: “Com tanta coisa linda que acontece todos os anos nas ruas do Brasil, em época de carnaval, o escatológico @jairbolsonaro resolve bancar o guardião do fiofó e das bizzarices sexuais dos outros... Que nojo!” e “Não sei o que ele faz pior, ser presidente ou FISCAL DE CU”. Encontramos também sujeitos que relataram seu desconforto ao assistirem ao vídeo. Isso se deu não apenas pelo fato de ser uma cena de sexo público, mas também pelo tipo de sexo que era realizado e, não menos relevante, entre duas pessoas que se consideram “bixas” (COELHO, 2020). Alguns usuários afirmaram considerar mais chocante a masturbação anal do que a urofilia, enquanto outros, o inverso. Em certos *tweets*, a urofilia foi caracterizada a partir de palavras como “nojo”, “bizarrice” e “escatologia”: “Que o vídeo é um nojo é sim...” e “Não precisamos mais acessar a Deep Web pra assistir as bizarrices alheias. É só dá um bico no perfil do nosso querido presida. kkkkk”

Conforme apontado por Leite Júnior (2009, p. 510), o sexo com excrementos não é recente na pornografia, “pois, desde o início do século XX já existiam imagens de pessoas se deleitando com, no mínimo, urina”. Em linhas gerais, a urofilia consiste em ter prazer por meio do contato com a urina, de si e/ou de outrem, seja cheirando-a, tocando-a, recebendo-a em seu próprio corpo ou ingerindo-a. Lopes (2017) afirma que práticas como esta não são consideradas psicopatologias que demandam tratamentos clínicos, a não ser que o sujeito urofilico esteja passando por sofrimento autorreconhecido, de tal modo que o/a psicoterapeuta deve colaborar para que a sensação negativa seja, em alguma medida, resolvida. Por se relacionar a sexo e à urina, questões que são discutidas com reservas e pudores em sociedade, a urofilia como forma de prazer não é usualmente debatida entre parceiros sexuais, uma vez que é predominantemente vista como vergonhosa ou inapropriada.

Sabemos a partir de Leite Júnior (2009) que, na cultura do entretenimento, destacam-se os *freak shows* ou espetáculos de bizarrices e aberrações, que remontam a apresentações públicas de anomalias humanas desde a Idade Média, passando pelo Renascimento, quando saíram das ruas para ambientes fechados, alcançando grande popularidade na Europa e América do Norte no século XIX. A espetacularização do estranho envolve a cultura de massas, assim como estudos da *psique* humana e seus exemplos de perversão sexual, chegando propriamente ao mercado da pornografia:

Dentro do mundo do entretenimento, a pornografia não apenas vai espetacularizar a prática sexual como também criar seu próprio *freak show*, cujos protagonistas serão, claro, os tais “perversos” ou “pervertidos” das ciências da psique. Desde o seu início, a produção pornô apresenta imagens com penetrações de garrafas nos orifícios corporais, sexo com urina ou corpos considerados fora dos padrões de beleza da época, como mulheres muito gordas ou anões. Apenas com o gradual processo de legalização da pornografia nos países do Ocidente - a partir de 1969, na Dinamarca - e que esse mercado vai se fragmentando e originando inúmeras subdivisões (LEITE JÚNIOR, 2009, p. 515, grifos do autor).

O sexo bizarro é colocado como uma das classificações e subdivisões do mercado industrial legalizado de entretenimento para adultos, que pode ser considerado uma versão pornográfica dos *freak shows*. Tem o intuito de chocar, impressionar, espantar, incomodar e, claro, excitar espectadores, com destaque para a parcela do público que se interessa pelo sexo não convencional. Restringindo essa prática ao mundo privado (do qual a pornografia parece fazer parte), escondido e secreto, colabora na manutenção dos ideais de civilidade e higiene propagados no Ocidente a partir do Renascimento com a intenção de treinar “a sensibilidade no sentido de aumentar o nojo e a vergonha para com tudo que lembre a ‘animalidade’ do corpo humano e, por isso, contribua para a perda de status ou respeito ao tornar a pessoa mais próxima dos ‘rústicos’ camponeses e outros desqualificados sociais” (LEITE JÚNIOR, 2009, p. 518).

Para esse autor, tem sido pouco analisada a relação erótica consciente e intencional envolvendo pessoas adultas e seus excrementos, pois não se deve esquecer de que os órgãos sexuais são também órgãos de excrementos. Assim, os produtos pornográficos que lidam com excrementos parecem desejar mostrar um tipo de transgressão, seja social, política, moral ou sexual. Para os adeptos desse tipo de sexo, segundo Leite Júnior (2009, p. 520) “os excrementos são muitas vezes apreciados, ingeridos e espalhados pelo corpo, sendo este tipo de manipulação do proibido ou do perigoso que gera o show do prazer”. Entretanto, seus praticantes, pelas convenções de higiene e civilidade, são reconhecidos pela sociedade como abjetos, bizarros, monstruosos, ou seja, *freaks*.

Mantém-se certa moralidade em torno de comportamentos sexuais interpretados como não convencionais, que tem como alicerce o sexo higienizado, procriativo e penetrativo entre pessoas cisheterossexuais, o qual estaria autorizado. De forma similar, o sexo anal – seja penetrativo, oral ou masturbatório – tem sido historicamente entendido como anormal, pensamento que ainda circula nos discursos populares,

científicos e religiosos ainda que durante festas como o carnaval essa visão possa ser flexibilizada por ser vista como uma época em que a luxúria e o pecado são autorizados em alguma medida (TREVISAN, 2018). A ausência da dimensão procriadora (e, portanto, reservada ao prazer) do sexo anal, o fato de ser por meio de um órgão excretor e sua associação direta com a homossexualidade pelo imaginário social são algumas das questões que fazem do ânus um tabu ou, até mesmo, reconhecido como um *locus* corporal de pecado. Vale lembrar que o sexo anal não é restrito a pessoas LGBTQ+, podendo ser realizado por pessoas cisheterossexuais (independente das posições de quem penetra e é penetrado). Vale ressaltar que uma das *tags* mais visualizadas na nuvem de palavras (Figura 1) é #EiBolsonaroVaiTomarNoCu, que carrega consigo a *homofobia*. O sexo anal, ao ser comumente identificado como sexo homossexual, é regularmente utilizado para ofender:

Quando dizemos habitualmente essas expressões (*que se foda, vai dar o cú, fodido...*), não temos consciência da realidade que estamos criando ou dos valores que estamos transmitindo. Mas estão aqui e, para quem o recebe, o insulto é o medo de ganhar uma marca, uma marca que cria uma identidade: ser assinalado como “o que faz isso” - agrada-te que te metam, o foderam - e seu corolário habitual: é uma bicha. Vamos ver se mais à frente essa cadeia imaginária que leva a identificar a penetração anal com a homossexualidade, um gesto que, de passagem, faz desaparecer a penetração anal do mundo da heterossexualidade, limpa o espaço hetero dessa enfermidade. Mas toda limpeza deixa sempre espaços sujos: é impossível apagar por completo o que fazem os heteros com o anal; ficam restos dessas práticas, ainda que incessantemente queiram apagá-las (SAEZ; CARRASCOZA, 2016, p. 28, grifos dos autores).

Preciado (2014, p. 132) disserta sobre como o corpo erótico ainda é reduzido à vagina, ao pênis e aos órgãos do mesmo sistema, como se os demais não pudessem oferecer prazer. Propõe, por isso, que subversivamente coloquemos o ânus no centro das desconstruções em torno de gênero e de sexualidade. Além de ser um espaço não normativo de passividade e excitação, todo ser humano possui um, o que criaria um denominador comum a todos os que praticam atividades sexuais independentemente de

seu gênero e sua sexualidade, borrando essas fronteiras. Por esta visada, o autor demonstra como este órgão, reconhecidas suas dimensões erógenas e políticas, pode gerar rachaduras no regime cisheteronormativo.

Como vimos a partir de Leite Júnior (2009), em uma visão dominante, sexo anal (por envolver órgão excretor) e urofilia são caracterizados como práticas bizarras, monstruosas, muitas vezes confundidos com promiscuidade. Gove (2000) mostra como diacronicamente a significação de promiscuidade tem sido atravessada por um ar de negatividade e julgamento, como se a variedade de formas de prazer fosse uma ameaça para o equilíbrio da sociedade. Embora seu foco recaia sobre os homens *gays*, o autor oferece uma visada para pensar a promiscuidade de modo geral, mostrando como ela é vista por diferentes vertentes: excesso de parceiros, sexo em demasia, descontrole e insaciabilidade sexuais, práticas carnais poligâmicas/poliamorosas ou fetichistas. Práticas sexuais dissidentes, logo, imbricam-se no sexo que não é monogâmico, convencional e higiênico, visto enquanto algo não saudável e fora dos parâmetros tidos como normais.

Para dismantelar esta visão maniqueísta, o autor propõe pensar a promiscuidade como um conceito mais amplo, que inclui desejos, fantasias e/ou práticas de pessoas monogâmicas ou não. Esta dilatação parece apontar para uma visão que coloca quase todos os seres humanos adultos e sexuados como possivelmente promíscuos, em que se inserem:

as vontades de uma mulher casada por um desconhecido diferente a cada dia na parada de ônibus; os desejos momentâneos de um homem antipromiscuidade de meia-idade ao passar por um número de mulheres na rua; o repertório de fantasias masturbatórias solitárias de um homem gay celibatário, que usa ou não pornografia [...] (GOVE, 2010, p. 15, tradução nossa, do original em inglês<sup>28</sup>).

---

<sup>28</sup> [...] the yearnings of a married woman for a different stranger each day at the bus stop; an anti-promiscuous middle-aged man's momentary desires as he passes a number of women on the street; a celibate gay man's repertoire of solitary masturbatory fantasies, with or without the aid of porn [...].

Por esta perspectiva, determinados pensamentos sexuais, consumo de pornografia, comportamentos masturbatórios, sonhos eróticos e fixações pelo ânus podem ser compreendidos como promiscuidade, ainda que sejam diferentes entre si. Vale dizer que Gove (2010) não acredita que a promiscuidade é inerentemente positiva e benéfica. Sua intenção é expandir o conceito a fim de mostrar como, em alguma medida, várias pessoas e grupos podem ser promíscuos. Sendo todos/as nós potenciais promíscuos/as, seriam coerentes as críticas feitas à urofilia e ao sexo anal, não por terem sido públicas, mas por terem sido práticas que se deram a ver e realizadas por duas pessoas que se consideram “bixas”?

### **Associação entre população LGBT+ e promiscuidade**

Nos *tweets* coletados, chegamos às discussões em torno de sexualidade a partir de palavras como “*gay*”, “*kit*”, “hipocrisia” e “hipócrita”, que aparecem na nuvem visual. Alguns desses *tweets* problematizam o fato de o vídeo compartilhado por Bolsonaro ser preconceituoso com pessoas LGBT+ e exibir dois corpos autodenominados “bixas” (COELHO, 2020).

Apesar de vir ocorrendo certa aceitação de pessoas LGBT+ no Ocidente, a hierarquia sexual fundada na heteronormatividade (WARNER, 1994) mantém-se em operação. De tal maneira, sujeitos LGBT+ monogâmicos, tendem a ter maior reconhecimento e prestígio social, sendo apresentados como exemplo a ser seguido, exatamente por aderirem à lógica dominante (MISKOLCI, 2007). Por outro lado, seriam desviantes aqueles que não desejam se engajar matrimonialmente, são poligâmicos/poliamorosos e fazem sexo casual, com vários/as parceiros/as, utilizando-se de práticas bizarras, abjetas. Formulam-se, pois, dicotomias maniqueístas como o bom *gay versus* o viado perigoso; a boa lésbica *versus* a sapatão maligna.

Ao dissertarmos sobre o assunto, nossa intenção não é deslegitimar pessoas LGBTQ+ que optam pela união monogâmica e pela constituição de uma família nos moldes socialmente valorizados, tampouco ignorar a importância dos avanços legais quanto ao casamento entre pessoas do mesmo gênero. Nosso interesse passa por evidenciar que há diversas práticas e relações afetivossexuais que rompem a lógica supracitada, as quais também são dignas de reconhecimento e não deveriam ser alvo de preconceito. Nessas argumentações, ocorre determinado processo de demonização e projeção do mal, que guarda relação com preconceito contra pessoas LGBTQ+, que fazem a vez de bodes expiatórios (BORRILLO, 2010). Por já serem tidos como desviantes (FONE, 2000), tais sujeitos têm maiores chances de serem vistos como promíscuos do que aqueles cisheterossexuais (KLESSE, 2007), sobretudo se estes forem do gênero masculino. A infidelidade do homem cisheterossexual, seu consumo de pornografia e de serviços de prostituição costumam ser mais naturalizados e menos problematizados do que aqueles ligados às mulheres cisheterossexuais e pessoas LGBTQ+. Sobre isso, Gove (2000) propõe que o foco da reflexão sobre promiscuidade não seja a sua proibição, mas que ponderemos sobre quais tipos de promiscuidade são aceitos e quais grupos têm maior liberdade para exercê-los.

Green (2019), ao olhar para as homossexualidades masculinas, travestilidades e transgeneridades brasileiras do século XX, expressa que se forjou uma ideia, propagada nacional e internacionalmente, de que o carnaval seria uma comemoração relativamente permissiva quanto às práticas sexuais entre pessoas com pênis. Estas, embora tivessem algum nível de liberdade de expressão durante a festa, disputavam (e seguem a disputar) contínua e arduamente o direito de sua visibilidade, que ora era aceita e ora, repreendida por autoridades ou sujeitos comuns: “o fato de ter blocos ou grupos de indivíduos não heterossexuais desfilando nas ruas no carnaval, não quer dizer que durante o período carnavalesco é pregada a liberdade sexual, que as discriminações são suspensas ao menos nesses dias” (CARVALHO; MIRANDA, 2016, p. 411). Além disso, as

possibilidades de brechas para expressões – sexuais e de gênero – de si mais soltas eram e são restritas a quatro ou três dias do ano, já que nos outros 361, “[q]uando as fantasias do carnaval são despidas e a vida retoma seu curso normal, surge um quadro um tanto diferente da tolerância em relação aos homossexuais [e às pessoas trans e travestis] no Brasil” (GREEN, 2019, p. 34).

Vale ainda ressaltar que, em festas populares brasileiras, das quais o carnaval é uma das mais expoentes, ocorrem práticas sexuais menos ou mais públicas, sejam elas homo ou heterossexuais. Isso fica evidente em uma rápida busca por “carnaval” ou “rodeio” em *sites* pornográficos, por meio dos quais é possível entender que variadas práticas sexuais não ocorrem somente entre pessoas LGBTQ+. Inclusive, ressalta-se que a visão do carnaval exportada estimula a visão do Brasil como um país liberal e que promove o turismo sexual (TREVISAN, 2018). A nudez passa a ser autorizada em algum grau; as escolas de samba, em seus carros alegóricos, abrem alas para expressões sensuais de pessoas esculpidas em academias; a sexualidade é explorada comercialmente, seja por meio de fantasias eróticas, sexo pago, drogas lícitas e ilícitas que estimulam a performance sexual ou saunas e casas de *swing*; o corpo (independentemente de seu gênero ou desejos) é convidado, e por vezes cobrado, de entregar-se à libertinagem e à liberdade da festa.

Dessa forma, a alcunha constantemente atribuída de promiscuidade aos sujeitos LGBTQ+, seja no carnaval ou nas paradas de orgulho, ocorre em detrimento dos sujeitos cisheterossexuais e serve para a manutenção de hierarquias. Podemos trazer vários exemplos que ilustram que a promiscuidade não é exclusiva e majoritariamente LGBTQ+: os deputados federais cisheterossexuais que assistiram a um vídeo pornô durante sessão na Câmara (O GLOBO, 2015); o ator de produtos audiovisuais pornográficos que se tornou político defensor da moral e dos bons costumes e deputado

federal; o alto consumo de pornografia *shemale*<sup>29</sup> no Brasil, país que também é responsável por um alto número de assassinatos de pessoas trans (MEDEIROS; PINHEIRO; MACEDO, 2017); os inúmeros pais de família infíeis que se dividem discretamente entre dois ou mais lares. Assim, o discurso antipromiscuidade é seletivo.

Alguns *tweets* coletados apontam que não seria aleatória a escolha de um vídeo em que as práticas supracitadas são feitas exclusivamente por pessoas LGBT+, como os seguintes: “Será que o @jairbolsonaro ainda será presidente em agosto pra ‘denunciar’ as cenas de sexo explícito na festa de Barretos? Ou o moralista infantilóide só faz denúncia quando é LGBT em festa o criticando?”, “Ouso dizer inclusive, que se a cena fosse um casal hetero fazendo, o presidente tinha nem olhado.” e “Vou te mostrar o que os cidadãos de bem e heterossexuais fazem de aberrações.. na tua cabeça de jumentinho o #Goldenshowerpresident conseguiu o que queria, colocar mais ódio e preconceito contra LGBTs; a propósito acho nojento aquilo”. O mesmo é defendido por Brum:

[...] não foi qualquer imagem que Bolsonaro escolheu lançar no Twitter para tentar desqualificar o Carnaval de 2019, mas sim uma relação sexual entre dois homens [ou melhor, duas pessoas com sexo biológico masculino]. Bolsonaro se descontrolou um pouco mais porque o Carnaval mostrou, ao responder à violência do seu governo com sátira, alegria e ocupação do espaço público, que o levante continua vivo. E muito vivo (BRUM, 2019, p. 220).

Ocorreria, portanto, ao que parece, certo reforço de uma ideia estereotipada de que o grupo social LGBT+ é inerentemente promíscuo (FONE, 2000), na medida em que realizariam práticas sexuais que escapam da boa sexualidade (RUBIN, 2017), que seria procriadora, convencional e heterossexual. No caso *golden shower*, as ações dos dois sujeitos no audiovisual, ao terem alta escala de circulação, podem ser tomadas

---

<sup>29</sup> Termo pejorativo de língua inglesa e comumente usado em *sites* pornográficos para a busca de vídeos com pessoas travestis, transexuais e transgêneros. Em português, a expressão equivaleria a “traveco”.

metonimicamente, como se o evento isolado representasse o que ocorre em todos os blocos de carnaval e entre as pessoas LGBTQ+ de modo amplo e recorrente.

Na primeira década do século XXI, Miskolci (2007) já discorria sobre como o preconceito direcionado pessoas *gays* e lésbicas guarda uma historicidade pautada na construção de medos coletivos contra esse grupo, o que modela a discriminação contemporânea que gente LGBTQ+ sofre. O intelectual, a partir do conceito de pânico morais, defende que temores são desenvolvidos a fim de que a ordem de gênero e sexualidade seja controlada e mantida, atrelando pessoas LGBTQ+ a uma ameaça ao bem-estar social e familiar. Similarmente, Balieiro (2018) disserta sobre o momento contemporâneo brasileiro em que vivemos, marcado pela criação de pânico morais que visam coibir ou fazer retroceder avanços legais e políticos que dizem respeito à diversidade de gênero e sexualidade. Pessoas LGBTQ+ são, assim, associadas à pedofilia, à promiscuidade, à dissidência de práticas sexuais consideradas normais e aceitáveis, à vontade de desvirtuar crianças e encerrar os valores familiares tradicionais. São exemplos desses empreendimentos morais a desinformação que circulou nacionalmente de que o movimento LGBTQ+ estaria reivindicando a adição da letra P – de pedófilo – à sua sigla, considerando-a uma orientação sexual (MEDEIROS; BICALHO, 2018).

O mesmo parece se dar com relação às notícias inverídicas sobre o *kit* anti-homofobia, material didático vetado no governo de Dilma Rousseff a partir de pressão da bancada evangélica no Congresso. O material, chamado pejorativamente de *kit gay*, tinha por intuito promover a discussão de diversidade de gênero e sexualidade em escolas públicas brasileiras. Circulou desinformação sobre o *kit*, como a de que ele estimulava a sexualidade infantil e a pedofilia (ROMANCINI, 2018). O *kit* anti-homofobia possuía intenção educativa e pedagógica, estimulando que a diversidade de gênero e sexualidade fosse debatida em sala de aula, bem como incentivando que diferenças fossem respeitadas. O material, pois, pode ser interpretado como progressista e pró-LGBT+.

Determinados *tweets* do nosso *corpus* fizeram menção irônica e humorística ao falacioso *kit gay*, que se tornou alvo de produção de *fake news* ao lado da mamadeira de piroca<sup>30</sup>, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República em 2018, como neste caso: “Aqueles que tinham medo do filho ler o kit gay, o BOLSONARO está no Twitter postando vídeo pornográfico para seu filho ver.”. Alguns internautas expuseram que o episódio do *golden shower* fez o que o *kit* não conseguiu fazer durante todo o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), como no exemplo: “O Bolo conseguiu em 1 dia o que o Kit Gay do PT não conseguiu em 14 anos: trazer o golden shower pro assunto da mesa de jantar da família brasileira.”. Outros ainda expressaram a incoerência de Bolsonaro, que inúmeras vezes criticou o *kit* anti-homofobia que circularia nas escolas públicas, mas, por fim, acabou postando publicamente um vídeo visto como pornográfico por parte dos cidadãos em sua conta no *Twitter*: “2018: protejam as criancinhas do (inexistente) ‘kit gay’! 2019: publica ‘golden shower’ explícito numa rede social aberta” e “Como pode um presidente postar uma coisa dessas, tem crianças que acompanham a rede social dele!”. Entretanto, como regra da plataforma, só podem ter conta e usar o serviço no *Twitter* pessoas com idade de 13 anos ou mais<sup>31</sup>.

### Considerações finais

As conversações em torno do caso *golden shower*, a partir dos *tweets* coletados por esta pesquisa, versam, sobretudo, sobre a (falta de) postura do Presidente da República ao compartilhar em seu perfil no *Twitter* o registro audiovisual de uma

---

<sup>30</sup> Circulou, principalmente durante as eleições presidenciais de 2018, o conteúdo inverídico de que Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) que disputava o pleito com Jair Bolsonaro, fora responsável pelo envio de mamadeiras com formato em bico de pênis para as escolas públicas. A produção desse conteúdo mal-intencionado ficou conhecida como o caso da “mamadeira de piroca”.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/account-restoration>. Acesso em: 01 abr. 2021.

performance pós-pornô em um bloco de carnaval de rua em São Paulo, vista em grande medida como uma cena sexual (COELHO, 2020). O ato de Jair Bolsonaro, que pode incorrer em Crime de Responsabilidade, levou ao protocolo na Câmara dos Deputados do primeiro pedido oficial de seu *impeachment* por falta de decoro no exercício do cargo. É importante ressaltar que não se trata de um ato isolado ou específico do Presidente, mas recorrente em diversas e constantes manifestações verbais e sonoras sobre sexo e sexualidade, com destaque para menções à homossexualidade, geralmente de forma pejorativa e sarcástica, associada violentamente à pedofilia. Ademais, essas manifestações fazem parte de práticas conservadoras que antecedem a eleição de Bolsonaro e extrapolam a figura do próprio Presidente, de modo que seus e suas apoiantes, sobretudo de gente que compõe o seu governo, também investem em discursos discriminatórios similares (MEDEIROS, 2019).

No que diz respeito ao conteúdo do audiovisual, por se tratar de uma prática sexual pública, anal e urofilica, as controvérsias gravitaram em torno da atribuição da alcunha “pornográfica” que, por sua vez, tensiona as perspectivas libertárias e transgressoras da maior festa de rua brasileira. A definição do que é (ou não) pornográfico varia conforme a época, os valores morais vigentes e depende a quem está sendo atribuída tal alcunha. A utilização mais comum do termo está associada a coisas ruins, indesejáveis, que não deveriam ser publicizadas, mas não podemos esquecer que historicamente pornografia pode ser também uma crítica, um protesto, visando atacar membros da política e da religião. Por outro lado, a cena em questão emerge do carnaval, um período do ano que permite aos sujeitos acionarem mecanismos de libertação do cotidiano, de entregarem-se à festa, que no Brasil tem forte caráter transgressor e sexual. Ou seja, aquilo que em outro contexto seria permitido apenas no espaço privado, no carnaval parece ganhar o espaço público, onde a rua é seu principal localizador. A discussão se torna mais densa ao compreendermos

que o próprio ato foi uma performance pós-pornô, que tem como um de seus interesses questionar a pornografia tradicional.

O que parece mais destacável em Bolsonaro é o fato da cena viralizada se dar entre duas pessoas que não se conformam às convenções cisheteronormativas, dirigindo as discussões para o reforço de estigmas sobre a população LGBTQ+. Ao provocar reações diversas, buscando apoio de grupos conservadores da sociedade, ao Presidente parece interessar menos a falta de decoro e mais o exercício pedagógico de mostrar e falar de, regulando o saber-poder sobre o sexo e as sexualidades. Na complexa rede de debates sobre o que é autorizado ou não sexualmente, a partir do caso *golden shower*, e com base nas discussões de sexo e sexualidade, percebe-se que pessoas não cisheterossexuais são vistas como desviantes, anormais, bizarras e pecadoras. A cisheteronormatividade valoriza não apenas uma orientação sexual/identidade de gênero em detrimento de outras, mas também estabelece um sistema hierárquico do valor sexual, que classifica práticas afetivossexuais entre aceitáveis ou não. No acontecimento analisado, percebe-se que o sexo anal e a urofilia são tomados como comportamentos sexuais abjetos e bizarros, tendo como alicerce o sexo higiênico, procriativo e penetrativo entre pessoas cisheterossexuais, o qual estaria autorizado pela manutenção de certa moralidade. Dessa forma, em uma visão dominante, sexo anal e urofilia são caracterizados como práticas dissidentes, o que reforçaria estigmas comumente associado à população LGBTQ+ como a promiscuidade.

Ao ampliarmos nossa visão sobre a promiscuidade, percebemos que não é exclusiva dessas pessoas, mas também praticada por aquelas cisheterossexuais e suas variadas manifestações, como pensamentos sexuais, o consumo de pornografia, a prática da traição afetivassexual em relações monogâmicas, os comportamentos masturbatórios, os sonhos eróticos e as fixações pelo ânus. Dessa maneira, ampliando o olhar, o discurso antipromiscuidade torna-se mais complexo, ambíguo, conflituoso e, assim, menos preconceituoso. Evidenciamos que as diversas práticas e relações

afetivossexuais que rompem a lógica monogâmica dominante também são dignas de reconhecimento e não deveriam ser alvo de preconceito. Logo, o constante destaque dado à promiscuidade dos sujeitos LGBTQ+, seja no carnaval ou nas paradas de orgulho, ocorre em detrimento dos sujeitos cisheterossexuais e serve para a manutenção de hierarquias.

Por fim, ressaltamos a importância de observar o momento contemporâneo brasileiro em que vivemos, marcado pela criação de pânicos morais, por setores mais conservadores e reacionários da sociedade, que visam coibir ou fazer retroceder avanços legais e políticos que dizem respeito à diversidade de gênero e sexualidade. Como estratégias, são conhecidas as *fake news* envolvendo crianças, em torno do *kit gay* e da mamadeira de piroca que circularam amplamente durante a campanha eleitoral, da qual saiu vencedor, na época candidato, Jair Bolsonaro, responsável pela circulação midiática do *golden shower* no carnaval de 2019. Assim, percebe-se no ato obsceno do Presidente da República a tentativa de desmoralizar pessoas da população LGBTQ+, tomando o acontecimento de forma metonímica para se referir de maneira generalizada ao carnaval brasileiro.

### Referências

- BALIEIRO, Fernando. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça”. *Cadernos pagu*, n. 53, 2018
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad. Cláudia Fares. São Paulo: Arx, 2004.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BRUM, Elaine. *Brasil, construtor de ruínas - um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.
- BRANDÃO, Vanessa Cardozo; DIAS, Juarez Guimarães. O que diz um corpo nu? Processos de midiaticização da performance “La Bête” e as controvérsias discursivas em rede. *Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura*, v. 18, n. 3, Salvador: UFBA, FACOM, p. 27-46, 2020.
- CARDOSO, Erika. “E como não ser pornográfico?” *Usos e sentidos da pornografia na imprensa brasileira dos oitocentos*. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2015/como-nao-ser-pornografico-usos-sentidos-pornografia-imprensa.4345.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- CARVALHO, Manuela Azevedo; MIRANDA, Luciana Aparecida de. O discurso de liberdade e o gênero e a sexualidade na história do carnaval de Salvador. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de*

- Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 8, n. 1. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.
- COELHO, Clara da Cunha Barbato Veiga. *Pós-pornografia em foco: um estudo sobre tensões políticas e usos do corpo*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro, Lexikon, 2010.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FONE, Byrne. *Homofobia: uma historia*. México: Editorial Océano de Mexico, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GOVE, Ben. *Cruising culture: promiscuity, desire and american literature*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
- GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- KLESSE, Christian. *The spectre of promiscuity: gay male and bisexual non-monogamies and polyamories*. Hampshire: Ashgate, 2007.
- LINS, Regina Navarro. *O livro do amor - Volume 2: Do Iluminismo à atualidade*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.
- LOPES, Yan. As parafilias e os transtornos parafílicos, uma perspectiva das variações sexuais normais e patológicas. *Psicologia, PT*, 2017.
- HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia – Obscenidade e as origens da Modernidade, 1500-1800*. Trad. Carlos Szlak. 1ª ed. São Paulo: Ed. Hedra, 1999.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. A pornografia “bizarra” em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o “abuso facial”. In: DIAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 509-536.
- MEDEIROS, Ettore; BICALHO, Luciana. "Fake news", engajamento e heteronormatividade: o compartilhamento da falsa relação entre pedofilia e o movimento LGBT em períodos eleitorais. In: Seminário Iris, 3, 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- MEDEIROS, Ettore; PINHEIRO, Pedro; MACEDO, Carolina. Transvestilidades à brasileira, hábitos e experiência colateral: a semiose que envolve o consumo de pornografia shamel e os assassinatos de pessoas travestis e transexuais. In: Fazendo Gênero, 11, 2017, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. *Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 13, n. 2, abr.-jun., 2019, p. 287-300.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, 2007, p. 101-128.
- MORAES, Eliane Robert; LAPEIZ, Sandra Maria. *O que é pornografia?* São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- O GLOBO. Deputado assiste a vídeo pornô durante votação da reforma política. *O Globo Brasil*, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/deputado-assiste-video-porno-durante-votacao-da-reforma-politica-16291451>. Acesso em 10 jun. 2019.
- PRECIADO, Paul. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Florianópolis: Ed. Sulinas, 2011.
- ROMANCINI, Richard. Do “kit gay” ao “monitor da doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. *Contracampo*, v. 37, n. 2, 2018.
- RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo: pensando o sexo*. São Paulo: UBU, 2017.

- SAEZ, Javier; CARRASCOZA, Sejo. *Pelo cu: políticas anais*. Trad. Rafael Leopoldo. Belo Horizonte: Letramento, 2016.
- SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. *Redes sociais digitais*. São Paulo: Editora Paulus, 2010.
- SCHECHNER, Richard. O que é performance? In: *O PERCEVEJO - Revista de Teatro, Crítica e Estética*, v. 11, n. 12, pp. 25-50, 2003.
- TREVISAN, Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- WARNER, Michael. *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Editorial Egales, 2016.

**The golden shower case at the 2019 brazilian carnival:**  
discussions about sex, sexuality and the LGBT + population on Twitter

**Abstract:** This work aims to understand some discussions about sex and sexuality that emerged from the golden shower case on *Twitter*. The social phenomenon analyzed is linked to the media-digital repercussion that occurred around President Jair Bolsonaro's tweets, when he shared a video in which, during the brazilian carnival of 2019, two people have public, anal and urophilic sexual practices. Based on the case, a polarization was formed on *Twitter* around hashtags, which we collected, filtered and analyzed through the use of digital method softwares. We indicated three categories of analysis: 1) sharing alleged pornography and lack of decorum; 2) non-dominant sexual practices and promiscuity; and 3) association between LGBT+ population and promiscuity. The categories were investigated in the light of queer, gender and sexuality theories, as well as related to theoretical discussions about pornography and obscenity. The collected conversations elucidate a complex network of discourses and counter-discourses on sex and sexuality, which constantly reinforce and tension power logics.

**Keywords:** Brazilian carnival. LGBT+. *Twitter*. Urophilia. Anal sex.

Recebido: 04/04/2021

Aceito: 12/07/2021